



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 12 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 1 de março de 2013

A CRITICA Centro de biotecnologia: Personalidade jurídica do CBA deve ser definida neste semestre VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo começa a baixar taxa de importado VEICULAÇÃO NACIONAL	3
VALOR ECONÔMICO Confiança cai e cria dúvidas sobre ritmo da retomada VEICULAÇÃO NACIONAL	4
PÁGINA 20 Comemoração dos 46 anos da ZFM tem aprovação de R\$ 850 milhões em investimentos..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
GAZETA DO POVO Imposto de importação de bens de informática cai para 2%..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
AGÊNCIA SENADO Vanessa Grazziotin comemora sucesso da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	7
G-1 Imposto de importação de 290 itens sem produção local é reduzido..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
G-1 Em Manaus, Ministério anuncia definição sobre CBA para este ano VEICULAÇÃO NACIONAL	9
SITE VERMELHO Vanessa defende maior investimento em pesquisa no Amazonas VEICULAÇÃO NACIONAL	10
FOLHA.COM Protecionismo isolará indústria nacional', diz diplomata VEICULAÇÃO NACIONAL	11
PORTAL SUFRAMA Comemoração dos 46 anos da ZFM tem aprovação de R\$ 850 milhões em investimentos..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
PORTAL PURUS Suframa vai criar Distrito Industrial 3 e lançar concurso público em Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	15

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA
	TÍTULO Centro de biotecnologia: Personalidade jurídica do <u>CBA</u> deve ser definida neste semestre	
ORIGEM	ENFOQUE	VEICULAÇÃO
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	DE INTERESSE	LOCAL

A garantia foi dada em Manaus pelo secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira

Manaus, 01 de Março de 2013

LUANA GOMES

Secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira, diz que personalidade jurídica do CBA sai no primeiro semestre (Paula Pessoa)

A comemoração dos 46 anos do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) rendeu elogios e mais promessas. Isto porque o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, garantiu para este semestre a tão esperada definição jurídica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Vale lembrar que, no ano passado, o Superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, anunciou a mesma meta até o final do primeiro semestre. Teixeira salientou que várias reuniões foram elaboradas em Brasília e o projeto está sendo finalizado para ficar “alinhavado” da forma como pretendida pelo Governo Federal. “Neste primeiro semestre vocês terão a resposta final de como o CBA vai operar e se desenvolver. Hoje, do ponto de vista jurídico, ele não existe e vai passar a existir”, assegurou.

Quanto à prorrogação por mais de 50 anos dos incentivos fiscais da ZFM e também ampliação deles para os municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), o secretário comentou que o Governo Federal cumpriu sua parte, ao mandar as emendas para análise dos poderes legislativos. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 103/11 foi enviada há dois anos pela presidente Dilma Roussef e ainda não chegou a uma conclusão.

De acordo com o Alessandro Teixeira, o compromisso assumido pela presidente durante a campanha foi cumprido, entretanto, o governo se empenha ao máximo para que o projeto seja aprovado na Câmara dos Deputados, onde atualmente se encontra.

Relação

Concretamente, para não existir nada amarrando uma parceria da Suframa com a Prefeitura de Manaus em

relação à recuperação e manutenção das vias internas do Distrito Industrial. Entretanto, o Superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, afirmou que essa relação é uma “coisa concreta” e que toda vez que o interesse comum for importante, vão ser desenvolvidas ações neste sentido.

No quesito asfaltamento, ele comentou que, em uma conversa com o poder público municipal, a prefeitura reconheceu a responsabilidade. Nogueira endossou que chegou a ir ao MDIC para trazer recursos destinados a recuperação das vias e, ainda assim, isso não tiraria a responsabilidade do poder público municipal.

O secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira, ressaltou que a ZFM representa parcela importante tanto do que a prefeitura quanto o Estado arrecadam. “Então, parceria sempre vai existir, porque é o polo que sustenta a vida da cidade, do ponto de vista de arrecadação. A ZFM é um ente permanente do município, independente do governo que passar por aqui”, analisou.

Recursos do FNO cresceram

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) tiveram uma elevação de 15,74% em 2013, somente para o Amazonas. As cifras disponibilizadas saíram de R\$ 763,80 milhões para R\$ 884 milhões. Neste ano, o FNO deve liberar um total de R\$ 4,65 bilhões em toda a região Norte. Os Planos de Aplicação de Recursos do Banco da Amazônia – que administra o Fundo –, contam com uma estimativa de financiamento de 8,62 mil beneficiários/projetos.

O gerente de gestão de Programas Governamentais, Oduval Lobato Neto, explicou que esta elevação é proveniente do bom desempenho da arrecadação federal. Os recursos do FNO correspondem a 0,6% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Em 2012, pela primeira vez na história do País, a arrecadação federal ultrapassou a barreira de R\$ 1 trilhão em um ano.

Nas demais fontes de financiamento, a utilização dos recursos financeiros ocorre por demanda espontânea de cada estado.

Cancelamento de incentivos

Além da garantia de investimentos totais na ordem de US\$ 428,32 milhões, a 261ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **Superintendência da Zona Franca de Manaus** (CAS) contou com a aprovação para pedidos de cancelamento de incentivos fiscais a determinados produtos de duas empresas: Philips do **Brasil** e Duramar.

A primeira pediu o “corte” dos incentivos atribuídos às linhas dos produtos autorrádio, tanto o simples quanto o toca-discos digital a laser; dos rádios com toca-discos digital a laser, com gravadores/reprodutores de áudio/vídeo no formato digital e tela display, portátil e os com reprodutor de CD/DVD combinado com amplificador “Home Theater”; e dos televisores em cores.

Com base em justificativa da Philips apresentada à autarquia, “as condições **mercado**lógicas e econômicas adversas às demandas dos produtos fabricados por esta sofreram significativas quedas, motivadas por fatores alheios à sua vontade, causando a descontinuidade de **produção** e o não atendimento de suas projeções”.

Já a Duramar manifestou-se pela interrupção dos incentivos garantidos a massa (induto) para pintura, tinta e

verniz à base de polímeros sintéticos. A empresa anunciou o encerramento de suas atividades fabris em **Manaus**, “motivado pela estrutura tributária da **Zona Franca** desfavorável para o segmento”. A empresa diz ainda que “continuará atuando no **mercado** local através de revendedores comerciais que serão abastecidos por sua unidade fabril instalada em Brasília.

Cancelamentos à parte, os destaques entre os projetos foram os relacionados a bens de informática (tablets). A Digibrás conta com investimentos totais de US\$ 212,74 milhões para fabricação de tablets e celulares. Enquanto isso, a Jimmy Ltda. entra neste **mercado** com investimentos totais de US\$ 4,98 milhões.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo começa a baixar taxa de <u>importado</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Camex reverteu alta da alíquota do Imposto de importação de alguns produtos depois que fabricantes nacionais abusaram da proteção e elevaram seus preços

Renata Veríssimo

O governo começou ontem a rever parte da proteção dada, no ano passado, para alguns setores da economia enfrentarem a forte concorrência dos importados. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu a alíquota do Imposto de importação para papel decorativo e papéis base para impressão.

Desde setembro, esses tipos de papel vindos do exterior pagavam um imposto de 25% para entrar no País. Com a decisão da Camex, a alíquota do tributo será reduzida para 18%. Ainda assim, a taxa continua acima da Tarifa Externa Comum (TEC), praticada pelos países do Mercosul, que é de 12%.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou esta semana que o governo está monitorando grupos empresariais que estariam abusando no reajuste de preços de insumos comercializados no mercado local, aproveitando o ganho que tiveram depois que o governo elevou a alíquota do Imposto de importação de 100 produtos no ano passado. O ministro deixou claro que poderia rever a medida.

Segundo uma fonte, a mudança anunciada ontem pela Camex é a primeira revisão dos aumentos autorizados no ano passado. Outros produtos também poderão perder a proteção. O governo vai fechar uma lista maior de produtos que podem ter reduzida a tarifa de importação na semana que vem.

Em seguida, o Ministério da Fazenda vai apresentar a proposta na reunião da Camex, que está inicialmente agendada para o dia 18 de março.

Mesmo com a mudança na alíquota do Imposto de importação sobre papéis, a nova alíquota de 18% ainda

protege a indústria nacional e não prejudicará a cadeia produtiva, segundo explicou a fonte.

Pedidos. A Camex, responsável pela determinação dessas alíquotas, tem recebido muitos pedidos de revisão das tarifas de importação nos últimos seis meses. Empresários têm alegado que os preços dos bens protegidos têm aumentado muito. No entanto, a Câmara tem rejeitado esses pedidos por falta de fundamentação técnica.


O grupo de trabalho criado no governo para acompanhar os preços no mercado doméstico continuará analisando todos os pleitos. Se ficar constatado aumento abusivo, novos produtos podem ter a tarifa de importação reduzida. Um dos bens que estão na mira da equipe econômica é o polietileno, resina usada pela indústria plástica e química. Chapas de alumínio e tubos de ferro fundido também podem perder a proteção do Imposto de importação elevado.

A equipe econômica sabia que as empresas beneficiadas aumentariam os preços já no fim de 2012, como uma forma de melhorar o caixa e compensar os negócios que estavam apertados pela forte competição com importados. O problema é que, em alguns casos, o reajuste foi excessivo, na visão do governo.

Tributo menor

25% era quanto o papel decorativo e os papéis base para impressão pagavam de imposto

18% é para quanto a alíquota foi reduzida depois da reunião da Camex

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Confiança cai e cria dúvidas sobre ritmo da retomada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Thiago Resende e Alessandra Saraiva | De Brasília, Rio e São Paulo

Depois de um janeiro com sinais de uma retomada forte no ritmo de atividade, os consumidores brasileiros e os empresários do varejo e do setor de serviços terminaram o mês de fevereiro menos otimistas do que estavam no início do ano, de acordo com três índices de confiança divulgados ontem.

Na indústria, a confiança ficou praticamente estável no mês passado, com crescimento de 0,1% em comparação com o dado de janeiro. Para as entidades que elaboram os índices, a queda na confiança pode indicar atividade moderada nos próximos meses.

O aumento da preocupação com emprego, inflação e endividamento foi captado pelo Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Ine), elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que apontou queda de 0,9% em relação ao resultado de janeiro.

Em relação ao resultado de fevereiro do ano passado, o índice, no entanto, avançou 0,7%. A CNI pondera que, apesar da queda, a confiança do consumidor segue maior que a registrada na maior parte do período entre o segundo trimestre de 2011 e o terceiro trimestre de 2012.

O índice de confiança do setor de serviços (ICS), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 2,7% em fevereiro, ante janeiro, de 125,5 para 122,1 pontos, menor nível desde outubro do ano passado (121,5). Os empresários do setor estão menos confiantes tanto com as condições atuais quanto com as perspectivas para os próximos meses. "De maneira geral, os indicadores de fevereiro de 2013 reforçam a impressão de um início de ano ainda com moderado ritmo de atividade no setor", avaliou a FGV em relatório.


A confiança também diminuiu no varejo. A economia ainda fraca e ritmo menor de vendas fizeram o Índice de Confiança dos Empresários do **Comércio** (Icec) recuar pela segunda vez consecutiva. A queda foi de 1% no mês passado, depois de ter ficado negativo em 1,6% em janeiro, segundo dados da Confederação Nacional do **Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na análise da CNC, os resultados refletem as condições atuais da economia e também fatores sazonais do setor. Historicamente, no primeiro trimestre de cada ano, a demanda é mais fraca no segmento do varejo do que a apurada no quarto trimestre.

A entidade pondera, contudo, que, nas comparações com ajuste sazonal, é possível perceber que as vendas neste início de 2013 estão operando em nível inferior ao apurado no ano passado. Isso tem impedido recuperação mais sustentável do nível de confiança do empresário do **comércio**. Para a entidade, a conjuntura delineada para o varejo ao longo de 2013 será menos favorável do que a observada no ano passado.

A desaceleração das vendas no **comércio**, evidenciada pela Pesquisa Mensal de **Comércio** (PMC), do IBGE, vem corroendo o otimismo no setor desde o início do segundo semestre de 2012, afirma a CNC. Para 2013, a expectativa é que o volume de vendas do varejo cresça de forma menos intensa, com expansão de 6,7%, ante o aumento de 8,4% observado em 2012.

No setor de serviços, o indicador da FGV que mede as expectativas para a demanda para os meses seguintes (IE) recuou 2,5% em fevereiro frente a janeiro. A proporção de empresas prevendo aumento da demanda passou de 46,8% para 44,7%, enquanto a parcela daquelas que projetam diminuição aumentou de 5,5% para 6,9%.

	VEÍCULO PÁGINA 20	EDITORIA	
	TÍTULO Comemoração dos 46 anos da <u>ZFM</u> tem aprovação de R\$ 850 milhões em investimentos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em cerimônia especial pela comemoração dos 46 anos do modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus (ZFM), o Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS) aprovou nesta quinta-feira, 28, durante a sua 261ª reunião, 33 projetos que somam investimentos totais (incluindo capital de giro) de R\$ 850 milhões (US\$ 428.3 milhões) e devem gerar 694 empregos diretos nos próximos três anos.

CERIMONIA especial foi realizada para comemorar os 46 anos do modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus - Foto: Assessoria Suframa

Os destaques entre os projetos aprovados foram os investimentos em bens de informática (tablets) e condicionadores de ar. Incorporada no ano passado, pela chinesa Lenovo, a Digibras (da marca CCE) deve investir US\$ 102.4 milhões para produzir tablets e celulares. Com US\$ 2.9 milhões em investimentos, a Jimmy Ltda. também entra no mercado de tablets com produção no Polo Industrial de Manaus (PIM).

A KMA (Komeco), do segmento de condicionadores de ar, teve projeto aprovado para fabricar aquecedor de água a gás instantâneo no PIM. É a primeira linha de produção do tipo na Zona Franca, com investimento fixo de US\$ 888 mil. Outra empresa de condicionadores de ar, a Ventisol da Amazônia, vai produzir aparelhos do tipo split e "de janela", com US\$ 2.7 milhões e a Hitachi tem projeto similar com previsão de investir US\$ 14.8 milhões. Os investimentos no segmento de condicionadores de ar, refletem as medidas de manutenção das vantagens de quem produz na Zona Franca de Manaus, ante os similares importados, o que tanto recuperou a produção local, quanto atraiu novos investimentos desde o ano passado.

Para uma plateia que lotou o auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o


Superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, fez um breve balanço dos dados de 2012, destacando o faturamento recorde de R\$ 73,4 bilhões e a geração de 120 mil empregos diretos. Novamente, Nogueira falou sobre o Polo de Duas Rodas que passa por uma crise da demanda de mercado, consequência das restrições ao crédito, no ano passado. Ele lembrou que esse é um recuo pontual do setor que não afeta os demais polos industriais da ZFM e que ações do Governo Federal já beneficiaram as fabricantes de motos na área de desoneração da produção e na flexibilização para o financiamento do produto ao consumidor final.

Thomaz Nogueira também detalhou o convênio assinado entre o Governo Federal e a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) para as obras, orçadas em R\$ 432,5 milhões, para a construção do anel viário Oeste-Leste-Sul e que implicará na revitalização do Distrito Industrial (onde se concentra a maioria das empresas incentivadas do PIM, na zona sul de Manaus).

Reconhecimento

Na condição de presidente da reunião do CAS, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira, destacou a importância dos 46 anos do modelo ZFM para o País e para a região. "Trago uma saudação do ministro Fernando Pimentel a todos os funcionários da SUFRAMA pelos 46 anos do modelo ZFM", disse. Mais uma vez, Teixeira lembrou a ação da presidenta Dilma Rousseff que iniciou o processo de prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca por mais 50 anos e ampliação da extensão desses incentivos para a Região Metropolitana de Manaus, "o que comprova o compromisso da presidenta Dilma e do Governo Federal para a região e para o modelo ZFM, seguindo o que fez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva", afirmou.

Assessoria Suframa

	VEÍCULO GAZETA DO POVO	EDITORIA	
	TÍTULO Imposto de <u>importação</u> de bens de informática cai para 2%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL


Os ex-tarifários são um instrumento do governo para baratear o custo dos investimentos

A Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), vinculada ao **Ministério** de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, publicou nesta quinta-feira (28) duas resoluções reduzindo para 2% a alíquota do Imposto de **importação** sobre bens de informática e telecomunicação e sobre bens de capital, na condição de ex- tarifários. O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Camex aprovou em reunião na terça-feira (26) 284 ex-tarifários para bens de capital, sendo 213 novos pedidos de concessão e 71 pedidos de

renovação, além de mais seis para bens de informática e telecomunicação.

Os ex-tarifários são um instrumento do governo para baratear o custo dos investimentos. Por meio dele, há uma redução da tarifa de **importação** para máquinas sem **produção** nacional, que estão vinculadas a projetos de investimentos apresentados para análise do **MDIC**. Segundo o **Ministério**, desde janeiro de 2012 foram concedidos 908 ex-tarifários.

A lista de produtos que terão o imposto reduzido, estão no Diário Oficial da União desta quinta-feira.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Vanessa Grazziotin comemora sucesso da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou em Plenário nesta quinta-feira (28) os 46 anos da Zona Franca de Manaus. A senadora afirmou que, ao longo desses anos, a Zona Franca tem estimulado o desenvolvimento da região, com “viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais”.

Vanessa explicou que as indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus, base desse modelo, apresentam baixo impacto ambiental e contribuem para a preservação de aproximadamente 98% da floresta nativa do Amazonas. Atualmente, acrescentou a senadora, a Superintendência da Zona Franca (Suframa) atua nos polos comercial, industrial e agropecuário, integrando toda a região amazônica – inclusive os estados do Acre, Rondônia e Roraima – para inseri-la de forma competitiva no mercado internacional.

Em 2012, revelou, as empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus fecharam o ano com faturamento superior a R\$ 73 milhões, apesar da crise econômica mundial. De acordo com a Suframa, o número está 6,4% acima do faturamento do ano de 2011. Os bens de informática cresceram 26% entre os dois períodos e representam, sozinhos, 11,5% de todo o faturamento da Zona Franca.

Outro dado positivo citado pela senadora relaciona-se à geração de empregos. Em dezembro do ano passado, havia quase 117 mil postos de trabalho diretos, sendo a média anual de mais de 120 mil empregos. O número supera em 3% a média relativa de 2011, que já tinha sido considerado o melhor ano da história da Zona Franca.

Tributos

Vanessa Grazziotin disse ainda que dados da Receita Federal e indicadores da indústria apontam que o Amazonas sozinho participa com mais da metade de toda a arrecadação de impostos da Região Norte.

- Isso mostra que ela [a Zona Franca] não é tão franca assim, porque lá se paga muito tributo. Lá se recolhe Imposto de Renda, se paga PIS, Cofins, taxa de administração da Suframa - que também é uma taxação, um tributo federal - e que tem contribuído, nos últimos anos, para compor o superavit

primário, o que nós gostaríamos que fosse diferente, porque deveria ser um recurso a ser investido no estado do Amazonas, no Acre, em Roraima, no Amapá e em Rondônia – defendeu.

A senadora contabilizou que, para cada real incentivado na região, se arrecada, de tributo federal, R\$ 1,37. O número comprovaria, em sua avaliação, o quanto a política de desenvolvimento regional é benéfica não apenas para a região, mas também para todo o país. No entanto, lamentou, alguns setores políticos e empresariais do país ainda insistiriam em “ignorar essa realidade”.

Mudanças Climáticas

Vanessa Grazziotin aproveitou o discurso para parabenizar os novos presidentes e vice-presidentes de comissões, eleitos esta semana, em sua maioria por unanimidade. A senadora comunicou sua eleição para a presidência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que terá o deputado federal Sarney Filho como relator. Ela disse que 2013 não será um ano de grandes realizações, mas de “aplicação de decisões” no setor.

Para a senadora, a contribuição da Comissão do Congresso Nacional de Mudanças Climáticas deve-se dar no sentido de que as deliberações adotadas, principalmente por organismos internacionais, se transformem em realidade no país.

A senadora disse ainda que o desafio do poder público é promover a defesa ambiental com desenvolvimento.

Agência Senado

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Imposto de <u>importação</u> de 290 itens sem <u>produção</u> local é reduzido		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Objetivo é permitir investimentos e produzir emprego e renda, diz Camex.

Reduções incentivam investimentos de US\$ 3,8 bilhões, diz governo.

Do G1, em Brasília

A Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) reduziu temporariamente o imposto de importação para 284 itens (máquinas e equipamentos) sem produção local, e para 6 produtos de bens de informática, informou o **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**) nesta quinta-feira (28). As medidas foram publicadas no "Diário Oficial da União".

"Ao todo, foram 290 pedidos aprovados, sendo que a Resolução Camex número 16 reduz para 2%, até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas para importação de 284 bens de capital (213 novas concessões, e 71 renovações). Já a Resolução Camex número 15 altera o Imposto de Importação para 2%, até 31 de dezembro de 2014, para 6 bens de informática e telecomunicação", informou o governo.

Segundo o **Ministério** do **Desenvolvimento**, as reduções aprovadas incentivam investimentos de US\$ 3,87 bilhões em indústrias no país. Os principais setores contemplados, de acordo com dados oficiais, foram o naval (44,16%), o de geração de energia (14,79%), o siderúrgico (10,26%), e o setor de agroindústria (5,25%).


Ainda de acordo com o **MDIC**, os equipamentos com redução de Imposto de Importação serão utilizados em diferentes projetos, como a implantação de um estaleiro na área do Complexo do Porto do Açú, na cidade de São João da Barra-RJ; a construção de uma fábrica de moagem de

milho com capacidade de 1.500 toneladas por dia, em Castro-PR, e a instalação de uma siderúrgica com capacidade de produção inicial de 600 mil toneladas por ano de aço laminado para fabricação de vergalhões, em Caucaia-CE; entre outros.

Os equipamentos com redução tarifária serão importados da Alemanha (17,01%), do Japão (13,49%), dos Estados Unidos (13,42%), da Finlândia (10,77%), da Itália (10,59%), da Espanha (8,12%) e da Holanda (6,76%), acrescentou.

Segundo o governo, o regime de ex-tarifário, no qual esses produtos foram incluídos, é um mecanismo de estímulo aos investimentos produtivos no país por meio da redução temporária do Imposto de Importação para bens de capital e de informática e telecomunicação, sem produção nacional.

"O objetivo é aumentar a inovação tecnológica por parte de empresas de diferentes segmentos da economia, produzir efeito multiplicador de emprego e renda, além de desempenhar papel especial no esforço de adequação e melhoria da infraestrutura nacional. O regime serve ainda para estimular os investimentos para o abastecimento do mercado interno de bens de consumo e contribuir para o aumento da competitividade de bens destinados ao mercado externo", informou o governo.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Em Manaus, Ministério anuncia definição sobre <u>CBA</u> para este ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Previsão foi feita pelo secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira.

Decisão vai definir área de atuação do Centro de Biotecnologia.

Do G1 AM

Definição da área de atuação do CBA sai neste ano, prevê MDIC (Foto: Ana Graziela Maia/G1 AM)

O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, confirmou a definição jurídica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) para o segundo semestre deste ano. Com a medida, será possível definir o campo de atuação dos trabalhos a serem executados no centro localizado no Distrito Industrial, na Zona Sul de Manaus.

“Anunciaremos todas as mudanças. Do ponto de vista jurídico, ele não existe, apesar de ser um projeto, um conceito”, afirmou o ministro, presente a Manaus na quinta-feira (28) para a 261ª. reunião ordinária do Conselho de Administração da Suframa (CAS).

Esta não é a primeira vez em que é estabelecido um prazo para a definição jurídica do CBA. Responsável pela administração e execução do centro, a Suframa tinha prometido a decisão para abril de 2012.

O CBA foi instituído em 2002 pelo Decreto no. 4.284, sendo gerido pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

	VEÍCULO SITE VERMELHO	EDITORIA	
	TÍTULO Vanessa defende maior investimento em pesquisa no Amazonas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em discurso nesta quinta (28), no Senado, em homenagem aos 46 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) cobrou do Governo Federal maior investimento no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). A senadora afirmou que, ao longo desses anos, a Zona Franca tem estimulado o desenvolvimento da região, com “viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais”.

Segundo ela, o CBA precisa de um empurrão a mais. “É necessária uma decisão urgente sobre o seu modelo de gestão, porque, até hoje, ainda não se tomou uma decisão”. Ela lembrou que os integrantes do comitê interministerial já foram nomeados, mas não se avançou na definição do modelo.

“Nós lutamos muito pela criação e instalação de um polo de cosméticos, porque o cosmético se faz a partir da matéria-prima local, e isso é muito importante para que possamos nos desenvolver”.

E lembrou que “o próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tem deixado muito claro que é preciso, além do fortalecimento da Zona Franca, investir, desde já, na nossa natureza, na nossa vocação natural; aproveitar o modelo Zona Franca para investir nos setores que representam a nossa vocação”, discursou.

Cenário promissor

Vanessa explicou que as indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus, base desse modelo, apresentam baixo impacto ambiental e contribuem para a preservação de aproximadamente 98% da floresta nativa do Amazonas.

Atualmente, acrescentou a senadora, a Superintendência da Zona Franca (Suframa) atua nos polos comercial, industrial e agropecuário, integrando toda a região amazônica – inclusive os estados do Acre, Rondônia e Roraima – para inseri-la de forma competitiva no mercado internacional.

Em 2012, revelou, as empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus fecharam o ano com faturamento superior a R\$73 milhões, apesar da crise econômica mundial.

De acordo com a Suframa, o número está 6,4% acima do faturamento do ano de 2011. Os bens de informática cresceram 26% entre os dois períodos e representam, sozinhos, 11,5% de todo o faturamento da Zona Franca.

Outro dado positivo citado pela senadora relaciona-se à geração de empregos. Em dezembro do ano passado, havia quase 117 mil postos de trabalho diretos, sendo a média anual de mais de 120 mil empregos. O número supera em 3% a média relativa de 2011, que já tinha sido considerado o melhor ano da história da Zona Franca.

Tributos

Vanessa Grazziotin disse ainda que dados da Receita Federal e indicadores da indústria apontam que o Amazonas sozinho participa com mais da metade de toda a arrecadação de impostos da Região Norte.

“Isso mostra que ela [a Zona Franca] não é tão franca assim, porque lá se paga muito tributo. Lá se recolhe Imposto de Renda, se paga PIS, Cofins, taxa de administração da Suframa - que também é uma taxa, um tributo federal - e que tem contribuído, nos últimos anos, para compor o superávit primário, o que nós gostaríamos que fosse diferente, porque deveria ser um recurso a ser investido no estado do Amazonas, no Acre, em Roraima, no Amapá e em Rondônia”, defendeu.

A senadora contabilizou que, para cada real incentivado na região, se arrecada, de tributo federal, R\$ 1,37. O número comprovaria, em sua avaliação, o quanto a política de desenvolvimento regional é benéfica não apenas para a região, mas também para todo o país. No entanto, lamentou, alguns setores políticos e empresariais do país ainda insistem em “ignorar essa realidade”.

Da Redação em Brasília

Com Agência Senado

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Protecionismo isolará indústria nacional', diz diplomata		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

DE SÃO PAULO

As medidas protecionistas do governo deixam a indústria brasileira cada vez mais isolada. Esse é o alerta de Rubens Barbosa, presidente do Conselho de **Comércio** Exterior da Fiesp. "São medidas corretas, mas de curto prazo. Daqui 10 ou 15 anos, a indústria vai estar produzindo só para o **mercado** interno."

Segundo Barbosa, que foi embaixador brasileiro em Washington (1999-2004), o **Brasil** não se inseriu nas cadeias produtivas globais, que integram indústrias de vários países, e perdeu o bonde dos acordos de **comércio**.

Os Estados Unidos acabam de anunciar o início das negociações de um acordo comercial com a União Europeia, e já estão negociando com vários países latino-americanos.

Folha - O sr. afirma que o Brasil está hoje excluído das cadeias produtivas globais. Por quê?

Rubens Barbosa - Nos últimos 20 anos, o **comércio** internacional vem se transformando, têm incorporado as chamadas cadeias produtivas globais.

A Embraer é a única empresa brasileira que participa dessas cadeias. Importou US\$ 2,7 bilhões em 2012 e exportou US\$ 4,9 bilhões. No avião produzido aqui, a asa pode vir do Chile, os componentes eletrônicos dos EUA, o trem de pouso de outro país. A lógica é que o país precisa estar integrado em acordos regionais ou bilaterais de **comércio**, que têm regras não previstas pela OMC.

Que tipo de regras?

Há regras de investimentos, serviços e compras governamentais, que garantem o investimento, a propriedade intelectual, serviços que esses países vão absorver.

Aí há dois problemas para o Brasil. Primeiro, estamos fora desse **comércio** das cadeias produtivas, que é o mais dinâmico. Segundo, estamos fora da formulação dessas regras. Quando o Brasil, a China e a Rússia, que também estão fora desses acordos, acordarem, as regras estarão todas formuladas e incorporadas nos acordos.

Aí esses países vão querer "multilateralizar" essas regras, ou seja, levá-las para dentro da OMC. E não haverá negociação, o **Brasil** vai se ver obrigado a aceitar uma série de regras prontas.

Como isso afeta países como China, Brasil, Índia e Rússia?

Pode ser que o **mercado** interno desses países garanta uma sobrevivência para a indústria nacional. Mas não ajuda a indústria a ganhar **mercado** externo. É o que acontece no **Brasil** hoje.

Para contrabalançar a perda de competitividade gerada pelo custo Brasil, pelo câmbio e taxa de juros, o que o governo faz? Toma medidas pontuais, que são boas, mas são insuficientes. Desonera a folha de salários, reduz o preço da energia, cria mecanismo para conteúdo nacional, mas tudo isso são medidas de curto prazo para evitar desindustrialização. Mas isso não permite que o produto industrial fabricado no **Brasil** ganhe o **mercado** externo. A **exportação** de manufaturados caiu 13,6% em dezembro, em relação ao mesmo mês de 2011.

E nós podemos perder **exportações** destinadas à Europa e Estados Unidos se eles formarem esse acordo comercial, e são **mercados** muito **importantes** para a gente.

Mas os EUA e União Europeia já têm tarifas muito baixas para manufaturados. Então o que muda com esse acordo?

Muda porque existem os padrões. Vão dizer que nossos produtos não se encaixam nos "standards" deles; os padrões podem ser usados como barreiras não tarifárias. E no caso de UE-EUA, o acordo é muito **importante** do ponto de vista geopolítico. Quando os Estados Unidos propõem a Parceria Trans-Pacífico com países da Asean, eles estão excluindo a China, um fato geopolítico.

Quando a União Europeia faz acordo com os EUA e cria uma área que abrange mais de metade do **PIB** do mundo e metade das **exportações**, é a mesma coisa. Eles vão ter mais força depois da constituição desse bloco para defender os interesses ocidentais de liberdade de **mercado** e democracia.

Esses acordos têm um componente, de que nós aqui não nos damos conta, que vai muito além do **comércio**

A lógica seria o Brasil pelo menos se inserir na cadeia produtiva no Mercosul e na América Latina, não?

Se inserir não, montar uma cadeia produtiva. A China está constituindo uma cadeia produtiva com os países asiáticos. A gente não tem cadeia produtiva nem com a Argentina. A única coisa que se tentou fazer foi no setor automotriz e está dando toda essa confusão. A gente está perdendo essas vantagens de ter tarifas muito baixas com países da região porque o Chile já fez acordo com os EUA, já fez com a China, vai havendo uma erosão da pequena margem de preferência que nós temos. A lógica desse sistema leva o **Brasil** a produzir para o seu **mercado** interno e **exportar** produtos primários.

Ou seja, se, em vez de ficarmos protegendo a indústria, nos inseríssemos em cadeias produtivas globais e ganhássemos escala para exportar...

Hoje, pela lógica desse sistema, a proteção isola o país. Não defende o país. Você fecha o país e não tem condição de se inserir nessas cadeias. O alto protecionismo atrapalha porque o investimento não é feito para **produção** e **exportação**, é feito para atender o **mercado** interno. Os investimentos estrangeiros no **Brasil** nos últimos seis meses são todos nas áreas de serviços para atender o **mercado** interno: compra da Amil, drogaria Onofre. Não tem nenhum grande investimento externo para a **produção** e **exportação**, porque o país está muito caro e não está inserido nas cadeias produtivas.

E por que não estamos inseridos nessas cadeias?

Estamos isoladíssimos. Só temos três acordos comerciais [Egito, Israel e Palestina]. E também estamos isolados pela falta de competitividade, por causa do câmbio e custo Brasil.

Em relação à política comercial, o que o Brasil deveria estar fazendo para ter um posicionamento em relação a todos esses acordos que nos estão deixando isolados?


O **Brasil** está sem estratégia de negociação comercial externa, porque, nos últimos 12 anos, pôs todas as fichas na Rodada Doha, que fracassou. Nesses últimos anos, segundo dados da OMC, 543 acordos foram negociados e 354 foram notificados como concluídos na OMC. E nós temos só três. Precisariamos abrir negociações com países mais **importantes**. Estamos no meio de uma negociação que já dura mais de dez anos com a União Europeia. Há uma perspectiva de negociação com o Canadá. O setor privado sugere que se negocie com a Coreia também.

Mas a Argentina não vai breçar de novo a negociação com a UE?

Se emperrar, nós deveríamos negociar a lista de liberalização de produtos separadamente. Fazer um acordo quadro, vazio, entre **Mercosul** e UE, mas a negociação de produtos entre cada país e a UE. Se fizermos um acordo, ainda que modesto, com a UE, pelo menos estaremos vinculados a eles quando sair o tratado com os Estados Unidos. Porque, se a União Europeia, daqui a quatro anos, assina um acordo com os EUA, os países que foram antigas colônias e têm preferências possivelmente vão ter um status nesse acordo, e isso isola mais ainda o Brasil. O **Ministério do Desenvolvimento** está reforçando a área de defesa comercial. Em vez de se preocuparem com as negociações externas, estão reforçando a equipe, tomando muito mais medidas protecionistas, com a ideia de proteger a indústria. Mas eles não a protegem, a isolam.

Você é da Fiesp; criticar as medidas de proteção à indústria não é contraditório?

Não estou criticando, são medidas corretas, mas são de curto prazo, não são suficientes. E isolam a indústria brasileira. Daqui a 10 ou 15 anos, a indústria brasileira vai estar produzindo só para o **mercado** interno.

	VEÍCULO PORTAL SUFRAMA	EDITORIA
	TÍTULO Comemoração dos 46 anos da <u>ZFM</u> tem aprovação de R\$ 850 milhões em investimentos	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Texto: Emerson Medina

Fotos: Layana Rios

Em cerimônia especial pela comemoração dos 46 anos do modelo de **desenvolvimento Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, o Conselho de Administração da **SUFRAMA** (CAS) aprovou nesta quinta-feira, 28, durante a sua 261ª reunião, 33 projetos que somam investimentos totais (incluindo capital de giro) de R\$ 850 milhões (US\$ 428.3 milhões) e devem gerar 694 empregos diretos nos próximos três anos.

Os destaques entre os projetos aprovados foram os investimentos em bens de informática (tablets) e condicionadores de ar. Incorporada no ano passado, pela chinesa Lenovo, a Digibras (da marca CCE) deve investir US\$ 102.4 milhões para produzir tablets e celulares. Com US\$ 2.9 milhões em investimentos, a Jimmy Ltda. também entra no **mercado** de tablets com **produção** no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

A KMA (Komeco), do segmento de condicionadores de ar, teve projeto aprovado para fabricar aquecedor de água a gás instantâneo no **PIM**. É a primeira linha de **produção** do tipo na **Zona Franca**, com investimento fixo de US\$ 888 mil. Outra empresa de condicionadores de ar, a Ventisol da **Amazônia**, vai produzir aparelhos do tipo split e “de janela”, com US\$ 2.7 milhões e a Hitachi tem projeto similar com previsão de investir US\$ 14.8 milhões. Os investimentos no segmento de condicionadores de ar, refletem as medidas de manutenção das vantagens de quem produz na **Zona Franca** de **Manaus**, ante os similares **importados**, o que tanto recuperou a **produção** local, quanto atraiu novos investimentos desde o ano passado.

Para uma plateia que lotou o auditório da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, o **Superintendente** da autarquia, Thomaz Nogueira, fez um breve balanço dos dados de 2012, destacando o faturamento recorde de R\$ 73,4 bilhões e a geração de 120 mil empregos diretos. Novamente, Nogueira falou sobre o Polo de Duas Rodas que passa por uma crise da demanda de **mercado**, consequência das restrições ao crédito, no ano passado. Ele lembrou que esse é um recuo pontual do setor que não afeta

os demais polos industriais da **ZFM** e que ações do **Governo Federal** já beneficiaram as fabricantes de motos na área de desoneração da **produção** e na flexibilização para o financiamento do produto ao consumidor final.

Thomaz Nogueira também detalhou o convênio assinado entre o **Governo Federal** e a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) para as obras, orçadas em R\$ 432,5 milhões, para a construção do anel viário Oeste-Leste-Sul e que implicará na revitalização do **Distrito Industrial (PIM)**, na zona sul de **Manaus**.

Reconhecimento

Na condição de presidente da reunião do CAS, o secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, Alessandro Teixeira, destacou a importância dos 46 anos do modelo **ZFM** para o País e para a região. “Trago uma saudação do ministro Fernando **Pimentel** a todos os funcionários da **SUFRAMA** pelos 46 anos do modelo **ZFM**”, disse. Mais uma vez, Teixeira lembrou a ação da presidenta Dilma Rousseff que iniciou o processo de prorrogação dos incentivos fiscais da **Zona Franca** por mais 50 anos e ampliação da extensão desses incentivos para a Região Metropolitana de **Manaus**, “o que comprova o compromisso da presidenta Dilma e do **Governo Federal** para a região e para o modelo **ZFM**, seguindo o que fez o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva”, afirmou.

Entre as autoridades presentes, além de representantes das indústrias e dos trabalhadores, o vice-governador José Melo, destacou a parceria entre **Governo Federal** e Estado na defesa do modelo **Zona Franca**. “A **Zona Franca** cumpriu bem seus dois objetivos iniciais: servir como ferramenta geopolítica para garantir a soberania da **Amazônia** e **desenvolvimento** diminuindo a desigualdade **regional**”, disse. Ele destacou que a Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA) é mantida por fundos estaduais que têm como fonte os recursos gerados pelas empresas do **PIM**.

Campanha

Ao final da reunião, Thomaz Nogueira apresentou algumas peças publicitárias que compõem a campanha pelos

46 anos da **Zona Franca** de **Manaus**. Com o slogan “do coração da **Amazônia** para o dia a dia dos brasileiros”, a campanha sustenta que em cada região do País, os produtos produzidos no **PIM** são consumidos e beneficiam milhares de brasileiros.

Homenagem


Ainda durante a reunião do CAS, o presidente da Samsung, Chunjae Lee, entregou uma placa comemorativa ao secretário-executivo do **Mdic**, Alessandro Teixeira. Na sequência, o vice-prefeito de Cruzeiro do Sul (AC), José Delmar Santiago, entregou um quadro com arte em marchetaria (madeira processada sem depredação ambiental) ao **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, em nome do prefeito daquele município, Wagner Sales.

História

A área de incentivos fiscais **Zona Franca** de **Manaus** foi criada pelo Decreto Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967 “com a finalidade de criar no interior da **Amazônia** um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de

condições econômicas que permitam seu **desenvolvimento**, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos”. Os principais incentivos fiscais federais que sustentam o modelo são a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a redução de 80% do Imposto de **Importação** (II) atraindo investimentos ao longo de quase cinco décadas que resultaram no Polo Industrial de **Manaus**. Hoje, com 600 empresas e cerca de 120 mil empregos diretos e 500 mil indiretos, o **PIM** tem entre os principais setores o Eletroeletrônico, Duas Rodas, Bens de Informática, Químico, Metalúrgico e Termoplástico.

*Para mais fotos, acesse o álbum na página da **SUFRAMA** no Facebook: www.facebook.com/Suframa

	VEÍCULO PORTAL PURUS	EDITORIA
	TÍTULO Suframa vai criar <u>Distrito Industrial 3</u> e lançar concurso público em <u>Manaus</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em entrevista ao portalamazonia.com Thomaz informa que haverá concurso para 150 vagas no primeiro momento.

MANAUS – Novo Distrito Industrial, lançamento de concurso público, parcerias internacionais na América do Sul e descontinuação de recursos financeiros. Estes foram alguns dos assuntos abordados pelo titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, durante entrevista exclusiva concedida ao portalamazonia.com. A autarquia completa 46 anos de funcionamento, nesta quinta-feira (28).

Portal Amazônia – Em qual estágio está a próxima Feira Internacional da Amazônia (Fiam) e quais as novidades da edição?

Thomaz Nogueira – A feira será realizada de 7 a 30 de novembro. Estamos, nesse instante, na formatação da feira, colocando conteúdo. A expectativa é que tenhamos uma feira que possa até repetir ou aumentar o sucesso das anteriores, focada na expansão dos nossos mercados, numa relação urbano-amazônica e também que trata a discussão de novas tecnologias e os caminhos que estamos discutindo para a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Qual a previsão de um novo concurso público ou processo seletivo para a Suframa?

Será um concurso público. Está sendo desenhado e definido. Tenho expectativa de que até o final de março ou início de abril estejamos com o edital na rua. Temos 150 vagas no primeiro instante, mas há um projeto de lei em trâmite no congresso nacional que cria mais 89 vagas. Estas 89 vagas ficarão para um período posterior, porque dependem do congresso. As 150 já estão garantidas.

Como está a presença da Suframa fora da sua sede, nos outros estados da Amazônia? Ouvimos muito falar da Suframa, mas somente em Manaus ou no Amazonas.

Mas a Suframa está presente nas outras partes, sim. Nesse primeiro ano (da gestão de Thomaz), reformamos nossas instalações em que tinham alguns problemas. Estamos reformando nossa sede em Boa Vista e em Tabatinga (fronteira com Colômbia) – que é uma área de livre comércio,

apesar de ser no Amazonas. Já reformamos as sedes do Acre, de Rondônia e vamos iniciar a reforma do Amapá.

Independente disso, a Suframa tem três linhas de ação: a Zona Franca de Manaus, as Áreas de Livre Comércio (ALCs) e também toda a Amazônia Ocidental, independente que esteja ou não nessas áreas (de Livre Comércio). Temos um limitante de recursos, mas temos convênios para desenvolvimento de ações estruturantes com esses governos dessas áreas de atuação. Temos convênios tanto com Roraima, com Rondônia, com Amapá; em diversos aspectos, em diversas atividades.

Nós já fizemos, até para desenhar a nossa ação e com mote da Rio +20, reuniões em Boa Vista, em Rio Branco, em Porto Velho e vamos realizar também em Macapá. São reuniões com a Suframa, com a secretaria de planejamento local e com as universidades, discutindo projetos específicos para essas áreas. Agora falta realizar a de Macapá.

Estamos trabalhando de forma integrada. A questão de biodiversidade não é uma questão que diz respeito só ao estado do Amazonas. O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) é da Amazônia. Então, nós estamos integrando a biodiversidade ao processo produtivo. Devemos trabalhar uma inserção que eu chamo de panamazônica, ou seja, os mercados hoje muito fortes do Peru, da Colômbia, do Equador e da Venezuela, como um dos objetivos prioritários. São mercados que estão crescendo a uma taxa muito interessante.

O Peru já demonstra uma estabilidade institucional muito forte e tem uma das maiores taxas de crescimento da América Latina. Só a cidade de Lima é um mercado consumidor de 9 milhões de pessoas. Estamos trabalhando para integrar esses países da Amazônia numa realidade que envolva não apenas a Zona Franca de Manaus, mas esses estados que fazem parte da área de atuação da Suframa. Eu posso te dizer, que nos dias 20 e 21 de março teremos, aqui, a missão da Venezuela. Devemos ter, em abril, a do Peru ou Equador. Estamos trabalhando nisso junto com o Ministério das Relações Exteriores, junto com a Associação Brasileira de Promoção Comercial. E isso vai envolver todos os estados da área de atuação da Suframa.

Essa conversa com os outros países, na prática, seria para gerar negócios com as empresas que estão no Polo Industrial de **Manaus** ou teria outro objetivo?

Exatamente isso. A troca comercial. Há uma série de produtos que eles produzem que nos interessam e os nossos produtos interessam a eles. A América do Sul consome 2 milhões de motocicletas. Nós somos o maior polo de **produção** de motocicletas na América do Sul. Não somos nós que atendemos a totalidade ou a maioria dessas 2 milhões de motos. Isso é atendido pela Ásia.

E nós estamos aqui do lado.

Temos que ser mais agressivos nisso. Isso vale para eletroeletrônico, celular. Vale até para relógio. Temos que explorar ao máximo nossas potencialidades. Por outro lado, a gente compra alguns produtos da Europa, dos Estados Unidos, inclusive alguns insumos. Estamos discutindo, por exemplo, a aquisição de coque. É um insumo para algumas indústrias, tipo a indústria de cimento. E a Venezuela produz coque. Tem o coque calcinado, o coque não calcinado. Existe uma série de possibilidades que nós temos que trabalhar aqui num ganhanha dentro de um relacionamento de fortalecimento.

Então, só falta explorar mais essa relação.

Nós vivemos um pouquinho de costas, economicamente, uns pros outros. Econômica e culturalmente. Se você olhar a Europa há um trânsito e locomoção de pessoas normalmente entre aqueles países. Outro ponto são as conexões aéreas, inclusive por causa da nossa realidade. Se você sair do Brasil, você vai logo para os Estados Unidos e para a Europa. Mas a taxa de visitação (de brasileiros) para nossos vizinhos é infinitamente menor. E temos aí lugares belíssimos. Eu posso citar Cusco, no Peru, as praias do Equador. O que nos queremos é trabalhar essa integração econômica e social.

Agora, um recado para as pessoas que vão ler essa entrevista, não entendem nada de economia, mas querem saber o que a **Suframa** muda da vida delas. Independente se é de **Manaus** ou de qualquer outro lugar da **Amazônia**.

Se essa pessoa for um frentista, professor, psicólogo, pintor, pedreiro, provavelmente, o nível de atividades dela é dado pela existência da **Zona Franca** de **Manaus**, pelo Polo Industrial de **Manaus**. Nós estamos buscando a diversificação, mas o motor da economia (local) ainda é o Polo Industrial de **Manaus**. É ele que gera renda e emprego pra 600 mil pessoas e que gera um consumo dentro da **Amazônia** e dentro, especialmente, do Estado do **Amazonas**.

Se eu for jornalista, consultor de empresas, se estiver no setor público, terei uma atividade, muito provavelmente, produzida pelo Polo Industrial de **Manaus**.

O que seria da economia do **Amazonas se não tivesse sido criado a **Zona Franca** de **Manaus**?**

Em geral, eu não trabalho com essa hipótese por uma razão muito simples: isso é um dado da realidade. É como nós perguntássemos o que seria de São Paulo se na década de 50 não tivesse sido instalada a indústria automobilística e não tivesse, em consequência, todo o **desenvolvimento**. Isso já é um dado da realidade. Nós temos que buscar fazer a evolução e a diversificação. Muito provavelmente, teríamos buscado outra alternativa e, aí, não se pode saber – nesse mundo paralelo – o que teria acontecido. Mas alguma coisa teria sido colocada.

O fato é que nós temos aqui um polo de manufatura que é um dos mais **importantes** do mundo. Manufatura de eletroeletrônico, manufatura de motocicleta, polo plástico. É um dado da realidade. Se é o melhor? Se existiriam soluções melhores? Isso não nos cabe perguntar. Nos cabe fazer concretamente, a partir da realidade em que nós vivemos, criar condições de sustentabilidade. Isso passa por dominar tecnologias, ter capital intelectual necessário pra isso e buscar investimentos que diversifiquem isso e que possam utilizar os bens da floresta, utilizar os recursos naturais, como petróleo e gás, e tudo mais o que nós temos para fazer uma economia sustentável.

Quais as novidades em logística, como portos e aeroportos, no sentido de escoamento de **produção?**

No curto prazo a preocupação é a melhora da infraestrutura. Quando chegamos aqui (no cargo de **Superintendente**) tínhamos, em carteira, 140 pedidos de novas áreas para empresas. Nós temos uma reunião a cada dois meses, do CAS (Conselho Administrativo da **Suframa**), com mínimo de 30; na média, na verdade, de 40 projetos de expansão ou de instalação de novas empresas. Tem aí uma necessidade de 240 novas áreas de expansão ou de diversificação; ampliação. Essa era a primeira questão a ser resolvida. Isto está sendo resolvido com o anel viário.

O anel viário cria uma forma de escoamento mais eficaz, porque conecta o aeroporto (Internacional Eduardo Gomes) de **Manaus** a uma nova área do polo industrial. A primeira parte do anel viário é um semicírculo que sai do aeroporto pela Estrada do Tarumã – ela será duplicada – até a confluência com a AM-010. A outra parte sai da frente do

Café da Joelza e vai até a Reserva (Adolpho) Ducke, mas isso tem o prolongamento daquela estrada e vai até áreas que são da **Suframa** destinadas à expansão industrial, até a Avenida Oitis. Mas isso tudo representa uma área maior do que nós temos aqui, hoje.

Vai ser maior que o Distrito Industrial 1 e 2, juntos?

Vai. Não posso te precisar o tamanho aqui, mas será com certeza maior. Eu creio que nós temos uma solução definitiva em termos dos próximos 20 anos, sem sombra de dúvida. Não teremos mais empresas na fila. Você resolve o problema de alocação de empresas, o problema de logística e, em contrapartida, dá inclusive um ganho para a cidade de **Manaus** quando você pode disciplinar o trânsito de carretas nesse anel viário.

Vamos, também, revitalizar completamente o **Distrito Industrial** não apenas no tapa-buraco, será uma revitalização completa. Nessa área de conexão entre o **Distrito Industrial 1, o 2 e o novo distrito**, estamos urbanizando três novas ruas, que já são também uma oferta de novas áreas para instalação de empresas. Isso tudo significa R\$ 432 milhões em investimentos do **Governo Federal**.

Na prática, nós não tivemos contingenciamento em 2012.

Como?

Os recursos da ordem de contingência eram de R\$ 300 milhões. Foram alocados R\$ 432 milhões. Contingenciamento, na prática, não teve. Esse é um ponto concreto.

O anel viário é para quando?

O anel viário já está em processo de licitação, já estão ocorrendo audiências públicas. Foi firmado um convênio com o governo do Estado que deve construí-lo através da Seinfra (Secretaria Estadual de Obras e Infraestrutura).

Quando deve começar a construção?

A Seinfra é quem deve te dizer. Mas, muito provavelmente, deve começar aproveitando esse verão. Isso leva 18 meses ou um pouco mais.

O novo distrito será chamado de Distrito Industrial 3 ou tem outro nome?

Isso é um detalhe que eu não posso te dizer agora.